

MENTE: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

André da Silva Santos¹

Resumo: *Os debates e discussões sobre a mente têm produzido grandes descobertas e muitas questões. Este trabalho apropria-se devidamente das mais fundamentadas contribuições da filosofia, psicologia e neurociência. Elaboramos uma rápida abordagem crítica sobre os estudos de Descartes em relação a mente e a devida elaboração de sua teoria dualista e, por fim, inserimos resultados de pesquisas de John Austin sobre a possibilidade de conhecimento da mente. Enquanto os cartesianos concebiam uma separação entre corpo e mente, o que implicaria na impossibilidade de conhecimento da referida mente, evidenciamos, por outro lado, a possibilidade e limitação de conhecer a mente humana.*

Palavras-chave: Mente; Dualismo; Conhecer

A curiosidade do ser humano e as iniciativas intelectuais revelaram boa parte do que a natureza sempre manteve como mistério. A estrutura do espaço-tempo, por exemplo, a constituição da matéria, as muitas formas de energia, a natureza da própria vida – estes e outros enigmas se tornaram livros abertos para nós. A mente, por sua vez, foi uma questão desconhecida, especulada, criticada e hoje, em parte, fruto de um desvelar científico.

Descartes – embora tenha racionalmente demonstrado que o ser humano tem mente, pois ele não pode duvidar que exista como ser pensante – formulou a posição dualista que defende a impossibilidade de conhecimento da mente. Segundo sua teoria o corpo e a mente são substâncias separadas e independentes. Esta limitada proposta dualista põe um limite: a mente não pode ser expressada materialmente, por ela ser, segundo esta concepção, imaterial. Sendo assim, não haveria meio de conhecer a minha mente tampouco ter a certeza que a outra mente exista. Vejo que isto não se fundamenta pelo fato de saber o que penso e sinto e, ao analisar o comportamento do outro, tenho a possibilidade de “saber” o que o outro pensa e sente. Resta-me uma dúvida: posso estar seguro a afirmar que “conheço” a outra mente?

Acredito que não seja difícil compreender que cada ser humano é um sujeito único e distinto. Por exemplo: posso amar a minha ex-namorada, enquanto o meu amigo não que ver a dele “nem pintada de ouro”; o meu tio pode vibrar de alegria desejando ver o Criciúma como campeão brasileiro enquanto meu vizinho nem sabe o que Criciúma. Estes estados, muito particular a cada pessoa, podem ou não existir em determinadas pessoas e se existir, por certo terá um grau de intensidade diferente. Com isto quero evidenciar a existência de gostos, sentimentos, desejos – produtos mentais – que são comuns aos seres humanos e cada um tem de forma particular. Neste ponto surge uma dúvida posta por Mattews (2007): será que conheço a outra mente ou, apenas, faço suposição do que o outro esteja expressando?

Tenho certeza que de fato possuo acesso direto, imediato e privilegiado aos meus estados mentais; quanto à mente alheia penso que eu posso conhecê-la, mas na maioria das vezes isto se dá por suposições. As outras pessoas, acredito, agem de forma recíproca comigo: fazem

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador. Atualmente desenvolve pesquisas como aluno especial do mestrado em filosofia da UFBA. Contato: ndr.s@hotmail.com

inferências dos meus estados mentais a partir das minhas expressões corporais e faciais embora, Quando eu digo: ‘Estou com saudade de meu pai’, ‘Estou com vontade de tomar sorvete’, posso ter a certeza de que ninguém sabe a intensidade e certas particularidades desta ‘saudade’ ou ‘vontade’, senão eu mesmo. O acesso direto, imediato e privilegiado aos meus pensamentos e sentimentos só é possível por mim. As outras pessoas só terão acesso a eles por meio de meu comportamento e devem inferir o que estou pensando e sentindo por meio de minhas expressões aparentes.

Penso não ser de difícil compreensão afirmar que inferimos o que se passa na mente da outra pessoa a partir do comportamento do outro. Porém ressalto que há muita diferença entre eu dizer que ‘tenho saudade’ – a minha saudade – e você entender isto – a compreensão que você tem deste meu sentimento. Também há muita diferença entre você compreender o que sinto/penso e pensar/sentir da forma como eu os faço. Esta questão é muita mais complexa e delicada, não trataremos dela por enquanto.

Neste momento quero dar ênfase à fragilidade e limitação que há no captar das expressões externas do outro sujeito. Vejamos os exemplos que se seguem:

- a) certo paciente procura seu médico alegando sentir uma forte dor em sua mão. O médico ao analisar afirma que o problema da mão é uma ler. Na prescrição nota-se a recomendação do uso de medicamentos e bastante repouso;
- b) uma senhora procura um psicólogo alegando estar com uma súbita e profunda tristeza. Depois de várias sessões, o psicanalista nota que a depressão é causada pela ausência do carinho da filha que se casou e foi morar noutra cidade.

De posse destes exemplos quero fazer uso de dois momentos: o paciente que sente e o médico/psicólogo que nota um mal e elabora um diagnóstico após analisar os supostos sintomas. Acredito que em ambos casos o analista após verificar as queixas e enquadrar os pacientes segundo os sintomas alegados para fazer a prescrição. Dizer “O sr. tem ler” ou “A sr^a sofre de depressão” é possível, pois há uma série de convenções que permitem chegar à tal conclusão, mas, vale lembrar, que eles não têm acesso às intencionalidades dos paciente. Uma coisa é observar um estado da natureza, um objeto, um animal e, por causa de meu conhecimento prévio que tenho dos estados possíveis ter certas conclusões. Afirmar, por exemplo, “Isto é verde”, “Aquele animal é uma gato” ou “A onça está brava” é mais fácil, se é que posso assim afirmar, porque se trata de coisas que convencionalmente aprendi, e, por esta causa, me permitem emitir informações categóricas.

Mas, voltando aos exemplos dos pacientes, suponhamos que ambos não fizeram uso da sinceridade e os analistas (médico/psicólogo) foram vítimas de pessoas que, por interesse particular, simularam toda a situação para alcançar determinado fim. Situações triviais, como estas, trazem à luz a limitação e precariedade que há no conhecer da outra mente. O meu conhecer o outro é mediado por meios frágeis e imprecisos, refiro-me aos sentidos – eles são os responsáveis por captar as informações e, ao relacioná-las às informações do cérebro adquiridas na formação, emitirem uma inferência. Pois bem, por várias vezes pensei ver um amigo ao longe e me decepcionar quando este perto chegar. Já perguntei a uma amiga, a vê-la chorando, o que de ruim aconteceu e ela me responder que estava muito feliz e emocionada por a irmã ter voltado de viagem. Estes e outros casos, ao menos para mim, servem para provar que os meus sentidos se equivocam em seu processo de inferência.

Para um dualista o problema aqui abordado, sobre a limitação e conhecimento da outra mente, não teria o mínimo de coerência, pois nenhum comportamento observável é, ou pode ser, referente àquilo que está acontecendo na mente de alguém. Isto porque, afirmaria o cartesiano, o que acontece na mente de outra pessoa é acessível apenas àquela pessoa e ele não conseguiria expressar corporalmente o que se passa no âmbito mental, as expressões corporais são totalmente diferentes do que sentimos e pensamos.

Os debates e estudos sobre os questionamentos em torno da mente têm feito brotar curiosas indagações. John Langshaw Austin ao elaborar o artigo *Outras Mentes* (1946), uma contraposição aos discursos de Wisdom, é feliz em defender o conhecimento da outra mente, mesmo reconhecendo a precariedade em que se dá esse processo. A sistematização de seus argumentos é convincente a ponto de gerar outras interrogações. Até que ponto é possível conhecer a outra mente?, ou seja, tenho a *certeza* e com *segurança* afirmo que posso conhecer a outra mente, mas até que grau de conhecimento eu posso assegurar ter certeza e segurança em relação a outra mente.

Para mim soa como pressuposto saber ter a consciência de que ao conhecer a outra mente devo esta noção de que esta ciência é parcial e passiva de equívocos. Sendo esta uma verdade, acredito ser aqui a fundamentação do questionamento que suscita a origem deste trabalho.

Quando digo saber alguma coisa referente ao mundo e às pessoas, sei que esse saber foi adquirido, ele não é inato. Por certo, em algum momento, aprendi. Geralmente o processo de aprendizagem requer interação entre pessoas, conhecimentos, ignorâncias, entre mentes (está aqui o ruir do dualismo. Explicitaremos em outro momento). Quando, porventura, alguém me perguntar ‘Como você sabe?’ Poderei fazer menção a etapas de aprendizagem onde devo ter aprendido a reconhecer e, por causa disto, consigo identificar e reconhecer. Há, posso afirmar, uma necessidade de experiência sobre algo para, com certa ‘propriedade’ fazer inferências sobre o mesmo. Austin deixa claro que há um grau de conhecimento das coisas. Posso, por exemplo, conhecer uma onça e, quando for a um safári identificá-la, mas, em hipótese alguma, poderei dizer que meu conhecimento sobre aquele animal é igual ao de um nativo daquela região. Com isto quero salientar a existência de um *grau de conhecimento* das coisas. O nativo pode ter um conhecimento mais preciso sobre a onça do que aquele que adquiri na aula de biologia, mas posso ter uma melhor informação e ciência sobre laticínios do que ele.

No entanto, para que não fique sempre me questionando sobre o conhecer da outra mente, há um requisito básico: na interação entre as pessoas e partilha mútua de conhecimento é necessária a existência e certeza de uma confiabilidade recíproca. A falta da mesma irá criar uma conversar insegura, repleta de desconfiança e incertezas. A má fé – idéia de que a outra pessoa tem ‘segundas intenções’ – não permitirá a fluência do conhecimento entre as pessoas que partilham um diálogo. A confiança entre as pessoas é fundamental para o estabelecimento de uma relação que permita a troca de saberes.

É também necessário, segundo Austin, estar pronto para dar provas do meu conhecimento. *Quando digo saber algo, pressupõe-se que tenho condições de apresentar determinadas razões* (p.27). Ao afirmar ‘A molécula da água é composta por duas moléculas de Hidrogênio e uma de Oxigênio’ devo estar pronto a, quando questionado apresentar razões lógicas com propriedades químicas. Isto é uma evidência de que a minha informação é verdadeira e se sustenta sobre as dúvidas. Deve haver, segundo o autor, um certo desafio quanto

à *credibilidade* de nossas supostas ‘credenciais’ e nossos supostos fatos. Daí a seguinte afirmação: *Se sei, não posso estar errado* (idem).

Austin, precisamente, aborda uma questão muito interessante que ajuda a compreender certos problemas. Seria um engano pensar que apenas nossos sentidos são os responsáveis por nossas falhas e equívocos. As palavras são frágeis e limitadas e cometeríamos um grave erro se as tivéssemos com ‘preditiva’. O futuro é o limite da atuação de nossas afirmações, ele, por várias vezes, me faz rever minhas posições e idéias, mas há um limite. Quando olho para o colega que levanta a mão em sala de aula, penso que ele tem algo a expressar. Depois de alguns instantes concluo que ele apenas estava bocejando de forma discreta. Situações como essa é bem natural. Mas há certos limites para a atuação da imprevisibilidade do futuro.

Quando afirmo ‘Tenho sede, quero água’ é porque minhas experiências anteriores me demonstraram que a água, como nenhum outro líquido, sacia a sede. Por mais que o futuro seja imprevisível, devo acreditar numa ordem que regeu o passado. Estou vivendo e certamente esta idéia era a mesma no passado e acredito que não irá se alterar. Se isto fosse possível o ser humano iria viver uma confusão mental a cada nova experiência, pois o seu resultado era totalmente improvável. A normalidade e coerência entre a minha relação com o mundo, com o outro me livra desse impasse. É claro que posso me equivocar em algumas inferências, mas é um equívoco que me proporcionar a aquisição de alguma certeza. Não seria lógico trocar uma incerteza por outra incerteza. Ao observar meu irmão feliz posso concluir que ele ganhou sua mesada e, posteriormente ficar sabendo que ele passou no vestibular ou, em outro exemplo, vejo uma criança chorando concluo que ela perdeu de não, mas na verdade ela sente falta dos pais. Depois destas experiências posso, sem dúvidas corrigir minha afirmação ao dizer: ‘Meu irmão está feliz porque passou no vestibular!’, “Aquela criança chora com saudade de seus pais.” No primeiro momento minha inferência sobre os fatos estavam equivocadas, cometi uma *falácia descritiva*, mas, após corrigir-me com dados expressados posteriormente, pude conhecer verdadeiramente naquele momento a mente de meu irmão e da criança.

Neste momento sou forçado a reconhecer as limitações humanas. Como Austin, afirmo que não há como ter acesso direto, imediato e privilegiado à mente do outro e, no entanto, posso em alguns momentos saber um pouco sobre a mente do outro, mesmo que de forma precária. É muito angustiante saber que *o conhecimento é ou deveria ser como, simplesmente, trocar os pés pelas mãos* (p. 47).

REFERENCIAS

AUSTIN, John L. **Other Minds**. Clarendon Press: Oxford, 1946.

MATTHEWS, Eric. **Mente: conceito-chave em filosofia**. Porto Alegre: Atmed, 2007.

CHURCHLAND, Paul M. **Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora UNESP, 2004.